

**MEMÓRIAS, SONHOS E REFLEXÕES.**

Carl Gustav Jung

O critério da ação ética não pode mais consistir no fato de que aquilo que é considerado bom tome o caráter de um imperativo categórico; inversamente, o que é considerado mau não deve ser evitado de um modo absoluto. Quando reconhecemos a realidade do mal, o bem toma necessariamente um caráter relativo e aparece como uma das metades de dois termos opostos. O mesmo ocorre com o mal. Os dois constituem, juntamente, um todo paradoxal. Praticamente isto significa que tanto o bem como o mal perderam o caráter absoluto e que somos obrigados a tomar consciência de que representam *juízos*.

A imperfeição de todo julgamento faz-nos, entretanto, perguntar se nossa opinião, em cada caso particular, é justa. Podemos sucumbir a um julgamento falso, mas isso só concerne ao problema ético, na medida em que nos sentimos incertos de nossa apreciação moral. Mas nem por isso devemos deixar de tomar nossas decisões sobre o plano ético. A relatividade do “bem” e do “mal” ou do mau não significa de forma alguma que essas categorias não sejam válidas ou não existam. O julgamento moral existe sempre e em toda parte, com suas consequências características. Como já assinalei, uma injustiça cometida, ou somente projetada, ou ainda pensada, vingar-se-á de nossa alma, no passado como no futuro, qualquer que seja o curso do mundo. São os conteúdos do julgamento que mudam, submetidos às condições de tempo e de lugar, e em consequência destes. A apreciação moral baseia-se sempre no código de costumes, que parece seguro e nos instiga a discernir o bem do mal. Mas quando sabemos como essa base é frágil, a decisão ética torna-se um ato criador subjetivo, sobre o que não podemos estar certos – senão *Deo concedente* (com a graça de Deus) – e isso quer dizer que necessitamos de um impulso espontâneo e decisivo que emana do inconsciente. A ética, o ato de decidir entre o bem e o mal, não está implicada em seu princípio; apenas se tornou mais difícil para nós. Nada pode poupar-nos do tormento da decisão ética. Mas por mais rude que isto possa parecer, é necessário, em certas circunstâncias, ter a liberdade de evitar o que é reconhecido como moralmente bom, e fazer o que é estigmatizado como mal, se a decisão ética o exigir. Em outras palavras: é necessário não sucumbir a qualquer um dos dois termos opostos. Contra a unilateralidade dos opostos, temos, sob uma forma moral, o *neti neti* (nem isto, nem aquilo) da filosofia hindu. Nesta perspectiva, o código moral será, em certos casos, irremediavelmente abolido, e a decisão ética dependerá do indivíduo. Isto não representa nada de novo, pois já significou, no correr dos tempos pré-psicológicos, o que se chama de conflito de deveres.

O indivíduo, porém, é, em regra geral, de tal modo inconsciente, que não percebe suas possibilidades de decisão; por isso procura ansiosamente as regras e as leis exteriores às quais possa ater-se nos momentos de perplexidade. Abstração feita das insuficiências humanas, a educação é em grande parte a culpada por esse estado de coisas: ela procura suas normas exclusivamente no que é normal, e nunca se refere à experiência pessoal do indivíduo. Ensina-se frequentemente um idealismo que não pode ser satisfeito, e as pessoas que o defendem são conscientes de que nunca os viveram, nem



jamais os viverão. Quem, por conseguinte, desejar encontrar uma resposta ao problema do mal, tal como é colocado hoje em dia, necessita em primeiro lugar de um conhecimento de si mesmo, isto é, de um conhecimento tão profundo quanto possível de sua totalidade. Deve saber, sem se poupar, a soma de atos vergonhosos e bons de que é capaz, sem considerar a primeira como ilusório ou a segunda como real. Ambas são verdadeiras enquanto possibilidades e não poderá escapar a elas se quiser viver (como obviamente deveria), sem mentir a si mesmo e sem vangloriar-se.

JUNG, Carl Gustav - Memórias, Sonhos e Reflexões: Col. Saraiva de Bolso. Edição: 1/2012. p. 391- 393. São Paulo. Saraiva, 2012.